

LEGADO DAS POLÍTICAS SOCIAIS E QUEDA DA DESIGUALDADE: A RENDA NÃO DERIVADA DO TRABALHO ENTRE OS ANOS DE 2003 A 2007

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.031-040>

Roberto Alves de Arruda

Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ)

Instituição: Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus Universitário de Sinop, Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO UNEMAT)

E-mail: arruda.roberto@unemat.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8165-3307>

Enaide Tereza Rempel

Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ)

Instituição: Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus Universitário de Sinop, Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem (FACHLIN)

E-mail: enaide.rempel@unemat.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6281-7073>

Mariza Kreiner

Mestranda do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO UNEMAT)

Instituição de Formação: Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus Universitário de Sinop

E-mail: mariza.kreiner@unemat.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-1589-0597>

Sandra Pereira de Carvalho

Doutora em Ciência Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ)

Instituição: Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus Universitário de Sinop, Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO UNEMAT)

E-mail: sandra.carvalho@unemat.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-9100-2560>

Fabiana de Lima Dias

Mestranda do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO UNEMAT)

Instituição de Formação: Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus Universitário de Sinop

E-mail: lima.dias@unemat.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-3219-0943>

Fernando Castilheiro Monteiro

Mestrando do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO UNEMAT)

Instituição de Formação: Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus Universitário de Sinop



E-mail: fernando.castilhero@unemat.br
ORCID: <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0003-4057-2014>

Francy Laura de Moraes

Mestranda do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO UNEMAT)
Instituição de Formação: Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus Universitário de Sinop
E-mail: francy.moraes@unemat.br
ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-8212-8321>

Alcione Bom Despacho Teixeira Costa

Mestranda do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO UNEMAT)
Instituição de Formação: Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus Universitário de Sinop
E-mail: costa.alcione@unemat.br
ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-5230-8581>

Quezia Nunes Junkes de Souza Kienen

Mestranda do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO UNEMAT)
Instituição de Formação: Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus Universitário de Sinop
E-mail: quezia.nunes@unemat.br
ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-6442-0018>

RESUMO

A pesquisa descreve o campo das políticas públicas focalizadas para destacar o legado das ações implementadas no período de 2003 a 2007, que, naquele período, resultaram na queda da desigualdade, em particular a não derivada do trabalho assalariado. O impacto da renda sobre a desigualdade e a melhoria dos indicadores do coeficiente de Gini é um dos aspectos tratados do ponto de vista do recorte metodológico. A pesquisa a partir do resultado dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), demonstra as movimentações dos percentis mais pobres da população em direção à linha da igualdade, resultado do deslocamento desse contingente populacional motivado pelas políticas focalizadas com condicionalidades.

Palavras-chave: Política focalizada. Condicionalidade. Pobreza. Desigualdade de renda. Trabalho assalariado.



1 INTRODUÇÃO

Para compreensão das mudanças ou da manutenção das estruturas em curso na formação social brasileira, torna-se importante apresentar o debate acadêmico sobre a queda da desigualdade de renda no Brasil¹ oriunda da implementação de mecanismos de redistribuição de renda, fenômeno ancorado, em especial, nas transferências monetárias de renda realizadas no período de 2003 a 2007.

A abordagem metodológica que orienta a discussão sobre a queda da desigualdade, reconhece que esse fenômeno abrange pessoas e famílias enquadradas nos níveis mais severos de pobreza da população brasileira. Dentre os aspectos que guiam esse debate, destacam-se as políticas de transferência de renda monetária que, dentre outras categorias analíticas, incluem a política de recuperação da remuneração real do salário-mínimo, visando reverter em benefícios à população mais pobre.

Todavia, o cenário material onde se configurou a queda da desigualdade, tem por pressuposto a economia de mercado, que asseverou ao longo da historicidade as distâncias entre a camada mais pobre da população brasileira, quando comparadas à camada com maior renda. Nesse sentido, Fagnani (2005) aponta que o ordenamento e o entrelaçamento das questões relativas à manutenção da pobreza, são baseados em outras complexidades macroeconômicas: juros altos, déficit previdenciário, pagamento do serviço da dívida interna, elevada carga tributária e mercado de trabalho inflexível, que possivelmente implicaria na manutenção ou retardamento das mudanças da estrutura da pobreza e das desigualdades.

A queda na desigualdade implica compreender o recuo da pobreza, por meio de aspectos multifatoriais que caracterizam a distribuição de renda per capita monetária e as dimensões da pobreza na sociedade brasileira. Cabe enfatizar que a queda da pobreza e da desigualdade não se constitui em um processo coincidente, embora possam estar associados em determinadas circunstâncias históricas.

As transferências de renda são concebidas como políticas sociais que garantem o acesso dos contingentes populacionais enquadrados como desqualificados, populações incidentes na pobreza e em situação de vulnerabilidade familiar, a um conjunto de benefícios, como uma renda mínima. Destarte, os objetivos da política social focalizada de transferência de renda atuam na proteção e inserção social daquelas populações desesperançadas da condição de cidadania, inserindo-as em uma nova condição de filiação ao sistema de proteção social, de responsabilidade estatal.

¹ BARROS, Ricardo P.; FOGUEL, Miguel N.; ULYSSEA, Gabriel (orgs.). Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. Brasília: IPEA, 2007, v 2.

IPEA. Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. Nota Técnica. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, ago. de 2006. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/082/08201004.jsp?ttCD_CHAVE=2895> Acesso: jun.2024.



Corroborando com as metas estabelecidas no interior do Programa Bolsa Família² (PBF), concebido como programa de transferência direta de renda, estão as ações articuladas por meio de programas complementares, cujos objetivos explicitam o desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com a oferta de oportunidades. No contraponto das oportunidades, estão as condicionalidades, que implicam no cumprimento por parte das famílias beneficiárias de determinadas condicionalidades para permanência do vínculo ao programa: frequência escolar, acompanhamento à saúde da mulher e dos dependentes na família e assistência ofertada àquelas famílias em situação iminente risco social. Dessa forma, são criadas as chamadas compensações por meio de mecanismos de apoio aos indivíduos e às famílias, possibilitando a emancipação da situação de extrema pobreza para um patamar acima dessa linha.

A problemática levantada implica em investigar em que medida as políticas de transferência direta de renda, por meio da focalização em populações pobres, demonstram efetividade em atuar sobre a condição de vida dos que se encontram na condição de extrema pobreza e de vulnerabilidade social. Pergunta-se ainda como a compensação financeira ofertada às famílias pobres pode alterar o curso da configuração do tecido social fraturado e provocar queda da desigualdade, inclusão social e alteração na conformação da pobreza na sociedade brasileira.

Apontar para o aspecto compensatório monetário das políticas sociais focalizadas implica em compreender que tais políticas se circunscrevem a uma metodologia, que tem por objetivo a emancipação das famílias da sua condição de vulnerabilidade social. Medeiros (2008) aponta a necessidade de projetos com requisitos de execução radical das políticas sociais, de modo a alterar a estrutura social do país. Compreende-se a postura moral radical, como possibilidade da diluição ou pelo aspecto minimizador das desigualdades, tendo por mecanismo a política focalizada de transferência direta de renda. Essa característica peculiar da política social poderá estar mais próxima da sua realização, enquanto se criam oportunidades de qualificação profissional e trabalho qualificado.

Entretanto, as práticas assistenciais possuem um papel ambíguo ao permanecerem aquém para a superação de um sistema desigual, corroborando para que determinadas parcelas da população permaneçam sob a condição de desqualificados, carentes de capital social para suplantar a linha de pobreza.

Caracteriza-se a pobreza como fenômeno multifacetado. Um modelo teórico que explicita esse campo multifacetado busca nas ciências sociais e humanas a compreensão da dimensão da exclusão, produzida a partir das ausências nos modos de negação social. No quadro geral, a queda da desigualdade necessita ser pesquisada sob a perspectiva de elucidar de qual desigualdade se fala: no

² O Programa Bolsa Família foi criado pelo Decreto-lei nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Dispõe sobre a criação do Programa Bolsa Família e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 17 Set 2004.

presente caso, trata-se de explorar a queda da desigualdade³ relacionada à renda per capita, medida pelo coeficiente de Gini. Reconhece-se, como ressalta Soares (2006), a impossibilidade de reduzir a um único número escalar, toda a variação contida em uma distribuição de renda, porque, com a utilização metodológica quantitativa, poderá qualificar uma medida e desqualificar outro indicador.

Assim, o recorte teórico-metodológico trata da recente queda da desigualdade da renda familiar per capita; a redistribuição da renda por meio da relação do trabalho assalariado e a diminuição da pobreza. Ao referir-se à composição da renda, trata-se da análise de todas as rendas, especialmente aquelas advindas da renda do trabalho assalariado. A desigualdade será analisada pela decomposição do coeficiente de Gini⁴ indicador que possibilita averiguar o movimento, concentração ou a distribuição de renda. Uma das razões de se utilizar o referido coeficiente reporta-se ao fator de variação, facilmente decomposto por fonte de renda. Para analisar quão importante foi à queda da desigualdade, metodologicamente o coeficiente propõe uma medida de desigualdade de renda, com maior propensão para agregar, em um único índice, uma variedade de informação, inclusive conforme aquelas traduzidas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)⁵.

2 CONCEPÇÕES FUNDANTES SOBRE A QUEDA DA DESIGUALDADE

O fenômeno da queda da desigualdade⁶ interessa, de maneira especial, para demonstrar não somente a percepção quanto à queda da desigualdade, mas a dinâmica da renda como uma redistribuição de posições. Traduzindo esses conceitos, em termos comparativos, o Comunicado n.º 63 IPEA (2010b), “PNAD 2009 — Primeiras Análises: Distribuição de Renda entre 1995 e 2009” revela que a renda dos 5% mais pobres aumentou em 84% entre 1995 e 2009, contra 13% de aumento na

³ Outras literaturas tratam do aumento da desigualdade ao longo dos anos como fenômeno persistente, especialmente no período entre 1960 e 1980. Reportamos a Langoni (2005), no extenso debate das décadas de 1970 e 1980. Ressaltamos a existência de inúmeras tentativas de medida da desigualdade na literatura.

⁴ Os coeficientes de Gini e de Concentração são definidos como números que variam entre 0 e 1. No entanto, para facilitar a leitura — tal como ocorre com percentagens — é usual expressá-los como números entre 0 e 100, como é frequentemente usado. Isto se faz mediante o uso do coeficiente de concentração, que indica quão regressiva ou progressiva é uma fonte de renda. Quanto mais regressiva (pró-rico) é uma renda, mais próximo de um (+1) é seu coeficiente de concentração; quanto mais progressiva (pró-pobre) é uma renda, mais próximo de menos um (-1) é o coeficiente a ela associado. Se todos na população recebem o mesmo valor de uma dada fonte de renda, seu coeficiente de concentração é zero. Uma informação útil é que o coeficiente de Gini nada mais é que a soma ponderada dos coeficientes de concentração, na qual os pesos de ponderação são os próprios pesos de cada fonte de renda na renda total. Isto torna as decomposições estáticas e dinâmicas do coeficiente de Gini relativamente simples. Trata-se de definir quais são as rendas relevantes, calcular o peso e coeficiente de concentração de cada uma e fazer algumas poucas contas (SOARES, 2010, p. 36).

⁵ Obtêm informações anuais sobre características demográficas e socioeconômicas da população, como sexo, idade, educação, trabalho e rendimento, e características dos domicílios, e, com periodicidade variável, informações sobre migração, fecundidade, nupcialidade, entre outras, tendo como unidade de coleta os domicílios. Temas específicos abrangendo aspectos demográficos, sociais e econômicos também são investigados. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40> Acesso: jun.2024.

⁶ Alcançada em quatro anos, uma queda de quase 5% no coeficiente de Gini poderia ser considerada acentuada? Dos 74 países para os quais se têm informações sobre a evolução deste indicador ao longo da década de 1990, menos de 1/4 conseguiu reduzi-lo a uma velocidade superior à alcançada pelo Brasil no quadriênio 2001-2005 (gráfico 3). Portanto, o ritmo no qual a desigualdade vem declinando no País é um dos mais acelerados do mundo (Barros, Carvalho, Franco & Mendonça, 2006, p. 108).

renda dos 5% mais ricos. Em outra análise, observa-se que, entre 2001 e 2005, a desigualdade de renda apresenta seu maior declínio.

Nesse sentido, Barros, Carvalho, Franco e Mendonça (2006) afirmam:

Entre 2001 e 2005, o grau de desigualdade de renda no Brasil declinou de forma acentuada e contínua. Segundo o coeficiente de Gini, uma das medidas mais utilizadas, o grau de desigualdade de renda brasileiro no período declinou 4,6%, passando de 0,593 para 0,566. Em 2001, ele encontrava-se próximo à média dos últimos trinta anos; em 2005, chegou ao menor valor registrado no período (Barros, Carvalho, Franco & Mendonça, 2006, pp. 108).

Assim, neste trabalho situa-se a análise da queda da desigualdade, tratando-a no contexto sócio-histórico, arena decisória das ações em torno das políticas públicas (WANDERLEY, 2004). Acrescenta-se a essa discussão, não apenas os levantamentos de dados, que de perto permitem mensurar os resultados, mas, analisando-os sob a compreensão da medida em que o bem-estar social foi alterado, o que produziu uma nova configuração do tecido social.

Metodologicamente, demarca-se e situa-se analiticamente a queda da desigualdade, no período de 1995 e 2009, onde se faz, no contexto da possibilidade do seu acompanhamento e monitoramento, tendo em vista a estabilidade econômica, compreendida em sua totalidade monetária, permitindo aferições, sem, contudo, analisar a interferência dos índices de inflação⁷ que de certo modo, dificultam as medições.

Destaca-se a importância da queda da desigualdade de renda monetária per capita na base salarial, pois este fator age diretamente sobre a renda, pressionando para baixo o seu poder agregado de compra, entre as rendas das camadas mais pobres da população e aquela advinda do trabalho assalariado. Quando analisados, esses dois elementos trazem para o centro do debate econômico a queda da pobreza, aspecto relevante para a compreensão sociológica deste fenômeno, caracterizado como persistente e de longa duração na realidade social brasileira. Nesse sentido, corroborando com a discussão, Kerstenetzky, (2009), acrescenta razões para a queda da desigualdade.

As duas razões mais importantes para a queda da desigualdade parecem ter sido o comportamento dos rendimentos do trabalho — uma combinação de expansão do mercado formal de trabalho com os reajustes do salário-mínimo — e os programas sociais, especialmente o Bolsa Família (Saboia, 2007; Soares, 2006; Hoffmann, 2005). A política de aumento do salário mínimo em termos reais — adotada desde a era Fernando Henrique, ainda que não como política de governo; continuada e acelerada durante a administração Lula, agora como política de governo — teve um impacto importante na redução da desigualdade salarial e de aposentadorias e pensões, e pode ser considerada o principal determinante da recente queda da desigualdade de renda enquanto salários, aposentadorias e pensões representam a maior parte da renda domiciliar (Kerstenetzky, 2009, p. 6).

⁷ De outro modo, não seria possível observar a queda da desigualdade de renda monetária per capita na base salarial, corroída por altos índices inflacionários que não deixavam a renda manter seu poder agregado de compra, especialmente aquela do trabalho assalariado. Segundo estimativas do IPEA (2006) “de 2001 a 2004, a desigualdade de renda familiar per capita caiu de forma contínua e substancial, alcançando seu menor nível nos últimos 30 anos.” (IPEA, 2006, p. 3).

No contexto histórico, sempre existem variações na medição dos índices, todavia, situamos o ano de 2001 como ano em que a desigualdade começou a cair em média 0,7 pontos do coeficiente de Gini ao ano, conforme aponta Soares (2010a) no texto “A distribuição dos rendimentos do trabalho e a queda da desigualdade de 1995 a 2009”.

Aponta o mesmo texto, que essa tendência do coeficiente de Gini pode ser observada em seu ritmo quase linear até 2009, declinando de 0,592 pontos para 0,538. O percentil desta queda, muito embora aparente pequeno nos últimos dez anos, é credor de toda a “atenção redobrada para se compreenderem e manterem as políticas que levaram a uma maior igualdade nos rendimentos dos brasileiros” (SOARES, 2010a, p. 35).

A respeito da desigualdade, tem-se ainda a acrescentar que os levantamentos das duas últimas décadas apontam para a sua queda de forma contínua. Segundo os levantamentos do IPEA (2010b), a queda da desigualdade da renda domiciliar per capita, iniciada de 2001 continua em 2009. O indicador utilizado para medir a desigualdade de renda per capita, como já anunciado, é o coeficiente de Gini, assim entendido.

De 2001 a 2008, a desigualdade medida pelo Coeficiente de Gini caiu em média 0,70 ponto de Gini (x100)² ao ano. De 2005 a 2008, o ritmo foi um pouco mais forte e a desigualdade caiu 0,72 pontos de Gini (x100) ao ano. Já de 2008 a 2009, a desigualdade caiu menos: 0,54 pontos (IPEA, 2010b, p. 3).

Todavia, tomada a série de 2001 a 2008, quando o Coeficiente de Gini caiu de forma mais acentuada, aqueles dados não nos permitem fazer um julgamento a ponto de afirmarmos que se trata de uma tendência, a não ser pelo fato da decomposição da renda agregada no período apontado, onde será possível perceber que as mudanças nos Coeficientes de Concentração estão diretamente relacionadas como as alterações nas feições apresentadas pela desigualdade, conforme apontado por Soares (2010a). Assim a renda foi decomposta em:

Renda do trabalho, que pode ser subdividida em renda do trabalho indexada ao salário mínimo e demais rendas do trabalho; renda da previdência, que pode ser subdividida em benefícios equivalentes a um salário mínimo e benefícios não iguais a um salário mínimo de setembro daquele ano; renda dos programas de transferência de renda focalizados, que pode ser subdividida em renda do Programa Bolsa Família (PBF) e dos benefícios de prestação continuada (BPC); e demais rendas, categoria residual que inclui a mal medida renda do capital na PNAD, transferências de outros domicílios, rendas pouco relevantes como o abono-permanência e quaisquer outras rendas que não se enquadram nas demais categorias (Soares, 2010a, p. 36).

Pela compreensão sociológica da importância dada a essa queda nos últimos anos, possibilita reforçar o significado da manutenção das políticas sociais que elevaram a capacidade de consumo dos setores mais baixos, como tal, aproximaram para uma maior igualdade nos rendimentos dos brasileiros. Assim, quando se trata da distribuição de renda, localiza-a na relação com o trabalho assalariado, e por fim, quando se fala da pobreza, inclui a pobreza não monetária.

Destacam Torres, Bichir e Carpim (2006) uma ‘pobreza diferente’ associada à melhora dos padrões de consumo e o aumento na população de pobres, como fatores relacionados a um conjunto de transformações nas condições estruturais, associadas aos fatores: papel das políticas públicas, a variações na estrutura de preços, as mudanças no tamanho da família, à transformação do papel da mulher e a maior oferta de crédito.

Em síntese, observam-se, apesar do aumento da proporção de domicílios pobres nas regiões metropolitanas, expressivas melhoras em termos de maior acesso a bens e serviços, indicando a complexidade dos padrões recentes de pobreza urbana. Esses resultados sugerem que se evidencia uma pobreza “diferente” em termos dos conteúdos a ela associados. Essa pobreza diferente é agora caracterizada — ao menos nas áreas metropolitanas — pelo maior acesso ao consumo de bens e serviços (TORRES, BICHIR & CARPIM, 2006, p.20).

Remetendo para outras análises, em especial do ano de 2010, o IPEA (2010 a) divulgou uma série de estudos⁸ tomando os dados da PNAD/IBGE e avaliando a distribuição de renda no Brasil de 1995 a 2009. Ao longo de catorze anos da realização da PNAD, os dados apontaram a queda na desigualdade pela via da redistribuição de renda. Os levantamentos da PNAD, em 2009, revelaram uma tendência pouco observada até então e favorece para corrigir alguns equívocos em relação à queda da desigualdade, especialmente aqueles indicadores publicados pelos estudos que atribuem às transferências públicas de renda, a responsabilidade pela queda da desigualdade na renda per capita. Ao contrário, a renda do trabalho apresentou maior importância para a queda da desigualdade, conforme dados das PNAD's, discutido por Soares (2010b) no texto: “O ritmo da queda da desigualdade no Brasil é aceitável?”

Todavia, como já apontado, os programas de transferência direta de renda agem na estrutura da pobreza, suprindo as carências vitais para a própria sobrevivência dos contingentes desprotegidos. A fome e a miséria incapacitam o sujeito na tomada de decisões e o impossibilitam de realizar suas próprias escolhas (Yazbek, 2009).

Por outro lado, compreende-se que os programas de transferência de renda não agem utilizando uma via única programática: necessitam da articulação com outras ações e programas que promovam as capacidades dos sujeitos e os potencializam para tomada de decisões (SOUZA, 2004).

Percebe-se a forma de regulação, quando as ações complementares aos programas de transferência de renda geram impactos sobre os beneficiários os quais, de certo modo, não teriam opções de escolhas sobre quais serviços e programas poderiam acessar, para além daqueles já pré-estabelecidos.

⁸ Três importantes documentos publicados pelo IPEA podem ser analisados: O comunicado n.º 58 — Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil (IPEA, 2010a); O comunicado n.º 63 — PNAD 2009 — Primeiras Análises: Distribuição de Renda entre 1995 a 2009 (IPEA, 2010b); o Boletim n.º 45 — Mercado de Trabalho — conjuntura e análise (IPEA, 2010c).



A redistribuição de renda via transferência direta pelo Estado, têm igual importância para diminuir as desigualdades e contribuíram para o recuo da pobreza. Recorrendo ao longo debate e às discussões geradas, apontam-se três possíveis fatores, assinalados pelas produções acadêmicas nacionais, que estão interligados e contribuíram para a queda da desigualdade de renda per capita no Brasil: 1) a redistribuição de renda, entendida como aquela oriunda do trabalho assalariado e do trabalho não assalariado (indexada ao salário mínimo e também aquela não indexada ao salário mínimo); 2) a desigualdade de renda per capita domiciliar, medida pela concentração da renda; 3) e o recuo da pobreza agregada à crescente taxa de participação no trabalho (IPEA, 2010c).

Numa outra compreensão Barros, Carvalho, Franco & Mendonça apontam:

Os determinantes imediatos considerados aqui são as transformações demográficas, a expansão das transferências governamentais e de outras fontes de renda não derivadas do trabalho e as mudanças ocorridas no mercado de trabalho, sejam aquelas decorrentes da expansão da ocupação, sejam de uma melhor distribuição da remuneração do trabalho entre os ocupados (Barros, Carvalho, Franco & Mendonça, 2006, p. 7).

Nesse contexto, a redistribuição de renda será tratada no item seguinte, sob três abordagens significativas: a primeira analisa a decomposição dos fatores da queda da desigualdade de 1995 a 2009; a segunda enfatiza a queda da pobreza que se efetiva em 2009 e a terceira analisa o crescimento da renda advinda do trabalho assalariado, indexada ou não ao salário-mínimo.

Todavia, ainda se considera que o fenômeno da diminuição da desigualdade da renda se deu nas camadas populacionais cuja renda advém do trabalho assalariado, enquanto este é indexado ao salário-mínimo, em função dos ganhos reais ali agregados. Por outro lado, de modo a não cometer equívocos quanto à diminuição da pobreza, dissociamos esse fenômeno como decorrente da diminuição da desigualdade. A desigualdade, objeto de estudo, refere-se à desigualdade de renda per capita monetária, indexada ao salário-mínimo.

As críticas⁹ formuladas às publicações sobre a ‘recente queda da desigualdade’ de certo modo podem ser compreendidas para além dos próprios meios de produção das condições materiais em se produzir a renda. Evidente que as condições para produção da renda de um trabalhador assalariado, limitam-se ao campo do seu salário, não lhe permitindo outra forma de rendimento. Todavia, se a análise tomar apenas as rendas provenientes do salário, privilegia-se uma situação contratual de trabalho, nascedouro das relações contratuais de trabalho, de considerável camada populacional de trabalhadores no Brasil.

⁹ A esse respeito, ver: Neri, Marcelo. “Queda de desigualdade na década é lenda”. In : Folha de São Paulo, 10 set. 2010. Disponível em < <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-anteriores/36184-queda-de-desigualdade-na-decada-e-lenda> >. Acesso: jun.2024.

Igualmente o capítulo de Cláudio Salm na coletânea: Barros, Ricardo P.; Foguel, Miguel N.; Ulyseia, Gabriel (orgs.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA, 2007, v 2.

Os contingentes populacionais desprovidos dessa relação com o trabalho assalariado com vínculo de emprego (pelos problemas estruturais e conjunturais que a economia de mercado produz, gerando mais-valia e reserva de trabalhadores para o mercado) estão fora dessas estatísticas e levantamentos oficiais. No entanto, os desempregados ou aqueles inseridos na informalidade não lhes são oportunizados os direitos à integração à sociedade contratual do trabalho: logo, permanecem na categoria da desigualdade, excluídos em sua informalidade. Nesse sentido, a proteção do Estado poderá abrigar os desprotegidos e, desta maneira, agir na garantia de renda para a diminuição da pobreza.

Evidenciam-se no debate acadêmico, polêmicas e visões antagônicas a respeito das diferentes formas de leitura dos dados e interpretação metodológica sobre a queda da desigualdade. Concordamos com os autores que pautam este debate e sustentam que existem ‘determinantes Imediatos da Queda da Desigualdade de Renda Brasileira’, os quais indicam que:

Entre 2001 e 2005, o grau de desigualdade de renda no Brasil declinou de forma acentuada e contínua, atingindo, em 2005, o nível mais baixo dos últimos 30 anos. O coeficiente de Gini declinou quase 5%, e a razão entre a renda dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres, mais de 20%. Essa redução na desigualdade contribuiu para diminuir substancialmente a pobreza e melhorar as condições de vida da população mais pobre, mesmo em um período de relativa estagnação da renda *per capita*. Apesar desse declínio, a desigualdade no país continua extremamente elevada (BARROS, CARVALHO, FRANCO & MENDONÇA, 2006, p. 7).

Todavia, uma das críticas às comemorações aligeiradas da queda da desigualdade, reside no fato de alguns economistas ignorarem o nível da renda. Soares (2006, p. 91) aponta que a “desigualdade pode cair porque houve um empobrecimento geral, os que mais ganhavam perdendo mais, os que menos ganhavam”. Exemplo desse fenômeno pode ser conferido na grande queda na renda de todos os cidadãos entre os anos de 1989 a 1990.

Ressalta Soares (2006) que qualquer cidadão que comemorasse a queda da desigualdade no primeiro ano do governo Collor estaria comemorando o empobrecimento geral da nação. Dito de outro modo, percebe-se após a euforia do Plano Real — com o advento da estabilidade monetária — que os indicadores demonstram o aumento da renda per capita dos setores mais pobres da sociedade brasileira, tratado a seguir em termos dos indicadores da queda da desigualdade, a queda da pobreza e o impacto das rendas sobre a pobreza.

3 INDICADORES DA QUEDA DAS DESIGUALDADES, POBREZA E IMPACTO DAS RENDAS SOBRE A POBREZA

Os indicadores da queda da desigualdade de renda per capita no Brasil são tratados com a devida importância, considerando a diminuição das taxas absolutas de pobreza. Esses indicadores assinalam a queda da desigualdade de renda per capita em todo o território nacional. Os mais recentes indicadores do recuo da desigualdade de renda monetária e a diminuição da pobreza revelam que o contexto macroeconômico brasileiro aponta para um crescimento econômico, com a construção e a

ampliação de mecanismos de equidade social. Dessa forma, o modelo macroeconômico brasileiro nos últimos quinze anos, se ajustaria a um crescimento econômico apoiado nos indicadores: política monetária, política fiscal, política cambial, política creditícia e política distributivista de renda, formando assim a base do modelo macroeconômico (Sicsú, 2010)¹⁰. Destaca o autor que a política fiscal mudou de foco nos últimos anos; de uma política voltada para objetivos contábil, fiscal, financeiro, para, um crescimento com desenvolvimento, de modo a provocar impactos positivos na mobilidade social dos segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade.

Antes de focalizar a discussão nos fatores determinantes da queda da desigualdade, destacamos o recuo da dimensão evolutiva e histórica da pobreza absoluta e pobreza extrema, nas regiões e estados da federação, fenômeno traduzido na relação estrutural dialética, como fenômeno persistente e de longa duração. Para melhor dimensionar a discussão, tomamos como recorte temporal o início do período da estabilidade monetária, caracterizada economicamente como um dos elementos estruturais da nova macroeconomia brasileira.

Os dados são apoiados nos resultados das discussões do IPEA (2010b), a partir da literatura que trata da diminuição da evolução da taxa de pobreza por região e estados, referente ao período da estabilização da moeda brasileira, compreendido entre os anos de 1995 a 2009, concomitante ao recuo do processo inflacionário e às conquistas do conjunto dos trabalhadores, em relação ao ganho real incorporado ao salário mínimo, com índices reajustados acima da inflação.

Caracteriza-se a série histórica entre os anos de 1995 a 2009, com três períodos distintos da evolução na distribuição de renda, conforme o texto: “Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil” (IPEA, 2010 aa). O período entre os anos de 1995 a 2001, assinalado por equilíbrio econômico, que gerou a estabilidade monetária, fiscal, cambial e financeira.

Por outro lado, a que se compreende que tal equilíbrio não gerou significativas mudanças na formação social e econômica da sociedade brasileira, por ocorrerem ajustes estruturais nas políticas públicas, orientadas pela concepção neoliberal, diminuindo a ação do Estado. Esse período marca a ação do Estado com políticas sociais tímidas, compreendidas como gastos públicos, ajustadas ao novo modelo macroeconômico em construção. Nessa perspectiva, o Estado concebe as políticas sociais voltadas para as categorias vulneráveis, como gastos públicos que deveriam ser controlados pelos ajustes na economia. A consequência desse modelo econômico resulta em pouca mudança na desigualdade e na renda média dos indivíduos.

O segundo período é aquele que começa no ano de 2001 e perdura até 2005, e é marcado pelo início da queda da desigualdade. Porém, por outro lado, a renda média pouco aumenta nesse período. Esse fenômeno, percebido na queda da desigualdade, sem incremento na renda, é explicado pela

¹⁰ Sicsú, João. Contexto macroeconômico. Renda Básica como instrumento de Justiça e Paz. In: 13º Congresso BIEN 2010, 30 de junho a 02 de julho. FEA-USP, São Paulo, Brasil, 2010. Disponível em: <http://www.Sinteseeventos.com.br/bien/pt/txt_cabecalho_pt.gif>. Acesso: jun.2024.

inserção daquelas camadas populacionais que configuraram excluídas da relação com o mercado de trabalho. O resultado dessa relação se dá pela distribuição da renda, via assalariamento, e não pela igualdade próxima ao hiato das rendas.

O terceiro período, que ocorreu entre os anos de 2005 a 2009, aponta para um novo fenômeno, na sociedade brasileira: começa a solidificar uma tendência de aumentos na renda. Esse fenômeno ocorre de forma simultânea, com a queda da desigualdade. Como já afirmamos anteriormente, um dos fatores importantes para a queda da desigualdade está no incremento do valor monetário do salário-mínimo, fruto da intervenção do Estado na relação capital trabalho. Analisa-se o contexto e a ação do Estado, como mediador dos conflitos, mas com a propensão de uma política de governo, para a implementação de políticas sociais, cujo processo de implementação e o modelo de gestão, situam-se no cerne do debate sobre a centralização e descentralização do tamanho e da ação do Estado.

Visões diferenciadas ganham o contorno do debate: se por um lado as transferências de renda contribuíram para a queda da desigualdade, por outro lado, a formação social brasileira não é alterada. Bava (2010) aponta que os processos constituintes da economia de mercado, mesmo quando mitigados por políticas compensatórias, não alteram em profundidade a questão social. Segundo o autor, supostamente as políticas públicas deveriam garantir a universalização dos direitos para todos os cidadãos, mas, na lógica do neoliberalismo, elas se transformaram em políticas compensatórias.

Numa outra perspectiva, considera-se a relação de concessão e conquista na concepção da política social progressista: privilegia o emprego, acesso à terra, salário, capital social, saúde e educação.

As medidas compensatórias e focalizadas, enquanto mitigam a pobreza, podem ser um mecanismo auxiliar, não o centro da ação de tal política social. Contudo, as diferenças são reveladas nas políticas de governo, quanto à orientação do Estado na formulação de políticas para a proteção social: o governo Lula, na sua perspectiva reformista e desenvolvimentista, alargou o desempenho das políticas compensatórias iniciadas pelo antecessor, mas manteve também um governo próximo da burguesia industrial, do capital especulativo e do agronegócio. A aproximação com as grandes corporações exportadoras veda o caminho da recuperação salarial, já que na compressão salarial reside um dos principais trunfos de que dispõe este setor para competir no mercado mundial. Assim como a aproximação com o agronegócio veda o caminho da sonhada incidência na reforma agrária.

Barros, Henriques e Mendonça (2000), destacam a importância de revelar as iniciativas para a definição de uma política de salário-mínimo que se importe com a distribuição de renda. Assim como é importante a queda da desigualdade da renda per capita monetária, igualmente importante para a sociedade brasileira é o crescimento da renda entre setores mais pobres, por menor que possa ser, especialmente entre os trabalhadores que têm renda advinda dos ganhos com salário-mínimo vigente ou nominal e necessário de acordo com alguns critérios:



Salário-mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedado sua vinculação para qualquer fim (BRASIL, p. 07, 1988).

Para compreender o reajuste do salário-mínimo e sua contribuição para maior igualdade social, a questão central consiste em ratificar a sustentabilidade para um aumento real, assim como das aposentadorias. A definição política passa pela inclusão dos indivíduos no mercado e no consumo, elementos motivadores do pensamento econômico emergente e conservador, tendo aí as bases das reações que levam às debilidades das políticas públicas universalistas. O desafio da política social consiste em diminuir a pobreza com inclusão política e econômica.

Nesse sentido, o enfoque atribuído por Silva (2007), esclarece que:

No Brasil, o que se tem visto anteriormente, é um grande contingente populacional que sempre esteve à margem da sociedade; que nunca teve inserção no trabalho formal nem participou da sociabilidade ordinária. O padrão dos países desenvolvidos não foi alcançado, nem podemos sequer admitir que tivemos uma sociedade salarial. Não ser incluído é uma condição estrutural que tem marcado gerações após gerações. Falar de exclusão social no Brasil seria admitir uma “perda virtual de uma condição nunca alcançada” (Sposati, 1999, p. 133). Tem-se uma sociedade, no dizer de Kowarick (1999), extremamente marginalizada do ponto de vista econômico e social que tem constituído massas de trabalhadores autônomos ou assalariados com rendimentos ínfimos que os levam a uma vida precária e sem proteção social, por norma, estigmatizados como potencialmente perigosos (SILVA, 2007, p. 07).

Concordando com a autora, sistematicamente no cenário nacional, assim como no campo empírico, observa-se o conjunto de trabalhadores, representados pelas centrais sindicais, movimentos sociais urbanos e rurais na luta em torno da questão salarial. Estes, empenhados na luta pela manutenção do salário-mínimo como condição de troca da força do trabalho pela sustentação e sobrevivência, diante das crises constantes na economia capitalista.

As desigualdades impostas e percebidas no campo empírico se assemelham com a exploração, como condição estrutural que marca as relações sociais. A historicidade desse processo aponta a dimensão que a série histórica entre os anos de 2001 a 2004 aponta para compreender a queda das desigualdades, assim como o crescimento da renda. Segundo levantamento do IPEA (2010b), utilizando-se dos dados da PNAD, a seguinte configuração se apresenta:

De 2001 a 2004, houve pouco crescimento geral — a renda total cresceu menos 3,6%, mas o pouco que houve se distribuiu muito diferentemente entre os vigésimos. Enquanto o vigésimo mais rico perdeu renda e os dois seguintes ficaram praticamente em crescimento zero, o vigésimo mais pobre viu sua renda aumentar 64%. Os vigésimos intermediários obtiveram ganhos também intermediários. Há uma escada quase perfeita subindo do vigésimo mais rico para o vigésimo mais pobre. De 2005 a 2009, todos os vigésimos experimentaram fortes ganhos de renda. As pessoas na metade mais pobre foram as que tiveram maior crescimento na renda, 31% e 35% (salvo os 5% mais pobres). A renda das pessoas da metade mais rica cresceu 13% a 30%, um bom aumento, mas bem menor que dos mais pobres, caracterizando redistribuição de renda (IPEA, 2010b, p. 16).

São duas as classificações de pobreza que sofrem alteração na formação da sua condição original. A primeira diz respeito à pobreza absoluta. Quando analisada no período dos anos de 2001 a 2004, percebe-se considerável contingente populacional, cerca de 12,8 milhões que saíram da condição de pobreza absoluta (aquelas com rendimento domiciliar per capita de até meio salário-mínimo), permitindo dessa forma, que a taxa nacional da pobreza absoluta caísse 33,6%, passando de 43,4% para 28,8% (IPEA, 2010b).

Os levantamentos mencionados apontam para resultados absolutos e provocam a mudança no tecido social, oportunizando a inserção de 12,8 milhões de pessoas em uma nova categoria da organização social, no que diz respeito aos indicadores do Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF)¹¹. Essas pessoas, até então — qualificadas como pobres afeitas aos modos de produzir ausências, desprovidas de capacidades e oportunidades —, adquirem uma nova conformação social: a capacidade de serem qualificadas, pertencentes a um novo processo de filiação, via políticas sociais.

A segunda transformação na formação social, diz respeito à pobreza extrema (na qual são enquadrados pessoas com rendimento médio domiciliar per capita de até um quarto de salário mínimo), sendo que cerca de 13,1 milhões superaram esta linha, possibilitando reduzir em 49,8% a taxa nacional dessa categoria, passando de 20,9% de toda a população brasileira em 1995, para 10,5%, em 2008¹².

Outra situação a ser analisada são as rendas provenientes do trabalho assalariado. De acordo com Soares (2010a), são três as situações, bem distintas, que produziram os dados, esses provenientes da renda do trabalho. A primeira situação revela que a concentração da renda do trabalho não indexada ao salário-mínimo diminui bem menos que a renda do trabalho na totalidade (consequência matemática da indexação ou não indexação da renda ao salário-mínimo), e o aumento real do salário nas últimas décadas, acompanhando uma tendência de reposições salariais, utilizando-se indicadores iguais ou superiores aos da inflação.

A segunda situação refere-se às aposentadorias e pensões dos diversos sistemas de assistência pública e privada. A tendência mostra um indicador de concentração dessa renda no período entre os anos de 1995 a 1999, com considerável estabilidade no ano de 2003, e que só começaria a se aproximar da linha da igualdade em 2004. O documento utilizado para proceder a essa análise, “PNAD 2009 — Primeiras Análises: Distribuição de Renda entre 1995 e 2009”- possibilita compreender que a dinâmica

¹¹ O Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF) foi desenvolvido por Barro, Carvalho & Franco, e pode ser consultado no trabalho: Índice de Desenvolvimento da Família (2003), com base em informações da PNAD de 2001. As limitações deste índice sintético também são apontadas pelos próprios autores na mesma obra. Os dados do IDF são do Cadastro Único para programas sociais do governo federal, organizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), decomposto, em suas dimensões, componentes e indicadores. As referidas dimensões reportam-se ao acesso aos meios necessários para a satisfação de necessidades: a) vulnerabilidade (composição demográfica das famílias; b) acesso a conhecimento; c) acesso ao trabalho; d) disponibilidade de recursos (renda para despesas e alimentação); e) desenvolvimento infantil; f) condições habitacionais (acesso a serviços públicos básicos como água, saneamento e energia elétrica).

¹² PNAD 2009 — Primeiras análises: distribuição de renda entre 1995 e 2009. Brasília: IPEA, 2010. (Comunicado IPEA, n.º 63, 05 out. 2010). Disponível em < http://www.ipea.gov.br/portal/images/_comunicadoipea63.pdf >. Acesso: jun.2024.



da concentração de renda da previdência se dá pela alta regressividade das aposentadorias e pensões, não indexadas ao salário mínimo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, considera-se que a implementação das políticas sociais impactou os indicadores da queda da desigualdade. No entanto, a produção de impactos que pudessem gerar novos vínculos no mercado de trabalho não se percebeu.

Por outro lado, considera-se que o salário-mínimo exerce uma função importante na correção da desigualdade de renda per capita. A política de recomposição das perdas é vista como política que pode acrescentar consideráveis ganhos aos salários, entendida como mecanismo de correção das distorções. Se a política monetária, para definição da recomposição do salário-mínimo, considera a inflação dos dois anos anteriores e mais a variação da inflação do período — esta opção resulta em um bom indicador para a recomposição da desigualdade e do tecido social.

A renda proveniente do trabalho assalariado atua como forte indicador na melhoria da curva da desigualdade. Essa renda é concebida como agregadora de ganhos da relação salarial: quanto maior for a concentração progressiva da renda, melhores serão as condições para sua agregação, como, por exemplo, na série histórica entre os anos de 1995 a 2009, onde o salário mínimo obteve ganhos reais.

No entanto, não serão apenas as transferências públicas diretas as responsáveis pela queda da desigualdade. A relevância que tem o mercado de trabalho, via assalariamento, é perceptível na queda da desigualdade, contribuindo de maneira mais pontual. Diferentes posições são colocadas na arena desse debate. Hoffmann (2005) afirma que as transferências de renda não são a causa fundamental da redução da desigualdade. Por outro lado, temos que considerar a complexidade do debate e das pesquisas que atribuem peso às rendas indexadas ao salário-mínimo e às não indexadas, avaliando também aquelas rendas dos demais trabalhos.



REFERÊNCIAS

BARROS, Ricardo. HENRIQUES, Ricardo. MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. Rev. bras. Ci. Soc. Dossiê desigualdade. São Paulo, ANPOCS, 15(42), 2000. pp.123-142.

BARROS, Ricardo; CARVALHO, Mirela e FRANCO, Samuel. O Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF). Brasília: IPEA, 2003. (Texto para Discussão nº 986). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0986.pdf>. Acesso: jun.2024.

BARROS, Ricardo P.; FOGUEL, Miguel N.; ULYSSEA, Gabriel (orgs.). Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. Brasília: IPEA, 2007, v 2. IPEA. Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. Nota Técnica. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, ago. de 2006. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/082/08201004.CHAVE=2895>> Acesso: jun.2024.

BARROS, Ricardo P; CARVALHO, Mirela. FRANCO, Samuel. MENDONÇA, Rosane. A Queda Recente da Desigualdade de Renda no Brasil. In : Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente.(orgs.) BARROS, Ricardo Paes de. FOGUEL, Miguel Nathan. ULYSSEA, Gabriel. Brasília: IPEA, 2006, v 2, pp. 07- 446. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Livrocompleto3.pdf>> Acesso: jun.2024.

BAVA, Sílvio Caccia. Políticas sociais são o band-aid da sociedade. In : IHU/UNISINOS, 26, jan. 2010. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias>. Acesso: jun.2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. In : Dos Direitos Sociais. Salário Mínimo. Cap. II, art. 7º, inciso IV. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso: jun.2024.

_____. Decreto-lei nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Dispõe sobre a criação do Programa Bolsa Família e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 17 Set 2004.

FAGNANI, Eduardo. Política social do Brasil (1964-2002): entre a cidadania e a caridade. Campinas (SP): Instituto de Economia, Unicamp, tese, 2005. Disponível em <[http://unbonline.com.br/neppos/publicacoes/Politica%20Social%20no%20Brasil%20\(1964-2002\).pdf](http://unbonline.com.br/neppos/publicacoes/Politica%20Social%20no%20Brasil%20(1964-2002).pdf)>. Acesso: jun.2024.

HOFFMANN, Rodolfo. As Transferências não são a causa principal da redução da desigualdade. Revista Econômica, vol. 7, nº 2, 2005, pp. 335-341.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2009). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40> Acesso: jun.2024.

IPEA. Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil. Brasília: IPEA, 2010 a. (Comunicados do IPEA, nº 58, pp.01-15, 13 jul. 2010).

IPEA. PNAD 2009 - Primeiras análises: distribuição de renda entre 1995 e 2009. Brasília: IPEA, 2010b. (Comunicados do IPEA, nº 63, 05 out. 2010). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101005_comunicadoipea63.pdf>. Acesso: jun.2024.



IPEA. Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. Nota Técnica. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, ago. de 2006. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=295 >. Acesso: jun.2024.

IPEA. Mercado de trabalho conjuntura e análise. Brasília: IPEA, 2010c, (Nota Técnica, nº 45, nov. 2010).

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Redistribuição e desenvolvimento? A economia política do programa bolsa família. Dados, 2009, vol.52, n.1, p. 53-83.

LANGONI, C.G. Distribuição de renda e crescimento econômico do Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

MEDEIROS, Rosange Acosta de. Condicionalidades nos programas de transferência de renda: tensão entre direitos e controle dos pobres. Tese doutoramento, PPGSS, PUC-RS, Porto Alegre, 2008. Disponível em: < http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?=1797 > Acesso: jun.2024.

NERI, Marcelo. “Queda de desigualdade na década é lenda”. In : Folia de São Paulo, set. 2010. Disponível em < <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-antiores/36184-queda-de-desigualdade-na-decada-e-lenda> > Acesso: jun.2024.

SICSÚ, João. Contexto Macroeconômico. Renda Básica como Instrumento de Justiça e Paz. In: 13º Congresso BIEN 2010, 30 de junho a 02 de julho. FEA-USP, São Paulo, Brasil, 2010. Disponível em: <http://www.Sinteseeventos.com.br/bien/pt/txt_cabecalho_pt.gif>. Acesso: jun.2024.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. A Comunidade solidária: o não enfrentamento da Pobreza no Brasil. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. A inclusão vs. exclusão social na perspectiva das políticas públicas: o caso brasileiro. Trabalho apresentado na reunião da Latin American Studies Association (LASA), Montreal, 2007.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. O ritmo na queda da desigualdade no Brasil é aceitável? Revista de Economia Política. São Paulo, v. 30, n. 3, set. 2010b.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. A distribuição dos rendimentos do trabalho e a queda da desigualdade de 1995 a 2009. Brasília. IPEA, 2010 a. (Nota Técnica, nº 45, nov. 2010). Disponível em: < https://ipea.gov.br/agencia/images/.../bmt45_05_nt03_distribuicao.pdf >. Acesso: jun.2024.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. Análise de bem-estar e decomposição por fatores da queda na desigualdade entre 1995 e 2004. Revista Econômica. Rio de Janeiro: Editora, v. 8, n. 1, jun. 2006. p. 83-115.

SOUZA, Celina. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. São Paulo Perspectiva. 2004, vol.18, n.2, pp. 27-41.

TORRES, H.; BICHR, R.; CARPIM, T. Uma pobreza diferente? Novos Estudos CEBRAP, v. 74, 2006.

YAZBEK, Maria Carmelita. Classes subalternas e assistência social. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.



WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Enigmas do social. In :WANDERLEY, Mariangela Belfiore. BÓGUS, Lucia. YAZBEK, Maria Carmelita (Orgs). Desigualdade e a questão social. São Paulo: EDUC, 2004.